

24/05/2019 - 05:00

## Estados e municípios vão poder tributar, diz Guedes

Por **Leila Souza Lima e Hugo Passarelli**

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem, na solenidade de posse da nova presidência na Associação Comercial de São Paulo (ACSP), que a reforma tributária está a caminho, mas a simplificação de impostos não vai tirar o direito de entes municipais e estaduais a tributar.

"A reforma vai andar, com redução de impostos, e vamos simplificar tributos federais, o que não tira o direito de Estados e municípios de tributar", afirmou ele na posse de Alfredo Cotait Neto à frente da ACSP.

O ministro da Economia disse que o fato de todos estarem apertados (municípios e Estados) demonstra que o Brasil está num "grande buraco fiscal". "Prefeitos e governadores estão na beira [de um precipício]. E ministros estão começando a ficar."

Guedes disse que há consenso entre a classe política de que é importante aprovar a reforma da Previdência. "Acredito que será uma reforma interessante, e que em 60, 90 dias isso já terá passado, pois estamos num momento dramático", frisou ele, que voltou a falar da intenção de quebrar o monopólio na produção de gás. "E também na distribuição."

O ministro disse compreender que as expectativas para o crescimento da economia neste ano estejam sendo reduzidas na medida em que o mercado financeiro vê dificuldades na tramitação da reforma da Previdência. Mas em seu discurso procurou traçar um horizonte positivo com o cenário ficando mais claro. "Daqui a três meses, as expectativas para o PIB vão voltar [a subir]."

"Todo dia tem barulho, mas não deixem se levar por esses sinais", observou. Guedes voltou a citar o Chile como exemplo de país que fez reforma da Previdência, adotou uma política econômica liberal e, com isso, conseguiu aumentar sua renda per capita. "Acredito que vamos implementar uma reforma da Previdência com a devida potência fiscal", disse o ministro.

Guedes também comemorou a confirmação de que os Estados Unidos vão apoiar a entrada do Brasil na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). "Estamos indo para a primeira divisão", afirmou, acrescentando que seus secretários têm metas para melhorar o ambiente de negócios e desburocratizar o país.

De acordo com ele, porém, essa aproximação com os EUA não significa um alinhamento automático em todas as questões. "Se os EUA estão nesse conflito com a China, não temos nada a ver com isso", ponderou.

Defendendo a guinada da política econômica para o campo liberal, Guedes disse que o Brasil foi "salvo do caminho da Venezuela, mas que ainda não está salvo do caminho da Argentina".

# FOLHA DE S.PAULO

## Arrecadação bate recorde em abril, mas indica retração

Empresas ampliam uso de crédito tributário para compensar caixa apertado

Danielle Brant

**BRASÍLIA** Após ficar praticamente estável em março, a arrecadação federal teve aumento real de 1,28% em abril e somou R\$ 139,03 bilhões, o melhor resultado desde 2014, quando totalizou R\$ 140,5 bilhões, informou a Receita Federal nesta quinta-feira (23). No acumulado do ano, a alta é de 1,14%, para R\$ 524,4 bilhões; em 12 meses, o avanço é de 2,32%, a R\$ 1,484 trilhão.

Segundo a Receita, houve alta de 7,25% da arrecadação do

Imposto de Renda pago por empresas e da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). No acumulado do ano, o recolhimento de ambos cresceu 11,7%.

A recuperação, no entanto, é ofuscada por sinais de retração na economia.

Segundo Claudemir Malaquias, chefe do centro de estudos tributários e aduaneiros, ao analisar os indicadores macroeconômicos, já é possível identificar uma sinalização negativa. "As empresas estão sendo afetadas por fluxo de caixa apertado e lançando mão dos créditos tributários para pagamento dos tributos."

Parte do resultado positivo no início de 2019 ainda reflete a recuperação sentida no final de 2018.

Malaquias afirma que abril acumula a arrecadação do primeiro trimestre do ano em relação a Imposto de Renda e CSLL, que têm um efeito apurado ao longo de 2018.

Os valores recolhidos como IR vieram muito acima do verificado no ano anterior, refletindo melhora do desempenho das empresas, indica. "Como parte desse imposto é recolhida em 2019, há uma espécie de efeito de arrasto."

Também houve melhora nas compensações tributárias, que são maneiras que uma empresa tem de compensar um crédito com a Receita com eventual dívida que também possua com o fisco.

Em abril, houve crescimento de 35,7% na comparação anual, para R\$ 8,97 bilhões. O aumento ocorreu pela compensação de créditos não previdenciários com dívidas previdenciárias.

A melhora na base anual no mês foi decorrente principalmente do crescimento de 11,34% no valor em dólar das importações e do aumento de 6,33% da massa salarial nominal (sem correção inflacionária). Outros fatores, porém, decepcionaram.

A produção industrial registrou recuo de 6,14% na comparação anual. A venda de bens caiu 3,4%, e a de serviços, 2,3%.

O desempenho econômico

aquém do esperado tem frustrado as expectativas de receita do governo e provocou, em março, contingenciamento de R\$ 29,8 bilhões que atingiu diversos órgãos do Executivo.

Na quarta (22), o governo revisou novamente as projeções econômicas, mas decidiu usar reservas para não ter de anunciar novo bloqueio.

### Receita confirma estudo de reavaliação de imóveis

**BRASÍLIA** A Receita Federal afirmou nesta quinta (23) que estuda um projeto de reavaliação do valor de imóveis para aumentar a arrecadação.

A informação é de Claudemir Malaquias, chefe do centro de estudos tributários e aduaneiros. Questionado sobre a possibilidade de taxaçaõ sobre patrimônio, ele afirmou que estudos estão sendo feitos por causa da grave situação fiscal do país. "Todas as alternativas estão sendo discutidas, inclusive o rearranjo do sistema tributário", diz.

A Receita tenta identificar e quantificar as bases possíveis de serem tributadas e analisa novas hipóteses de incidência, desde que não aumentem a carga tributária —qualificada por Malaquias como "mal distribuída".

"Há um espaço, sem aumentar tributo, sem aumentar base de incidência, de aumentar a base de contribuintes. As análises que estão sendo feitas são no sentido de ampliar base de contribuintes e [ter] uma distribuição mais isonômica da carga tributária".

A informação havia sido dada na quarta (22) pelo secretário especial da Receita, Marcos Cintra. Ele afirmou que Jair Bolsonaro pediu estudos sobre um projeto de lei que trata de reavaliação patrimonial.

Ao deixar o Planalto após se reunir com o presidente, Cintra disse que a medida pode acabar com parte do contencioso e com burocracias, e permitir melhora na arrecadação.

A fala do secretário se deu no mesmo dia em que Bolsonaro informou a deputados do Nordeste que o governo prepara uma medida que pode trazer mais recursos em caixa do que a economia prevista com a reforma da Previdência.

"Falei com o presidente sobre um projeto que chegou aí e ele pediu para nós [Receita] analisarmos e que envolve reavaliação de patrimônio e alguns mecanismos que permitem atualizar valores patrimoniais e com isso acabar com boa parte do contencioso, boa

parte da burocracia envolvida." Cintra não soube dar detalhes sobre o projeto e disse ainda não ter visto o texto. Ele também não conhece o autor da proposta.

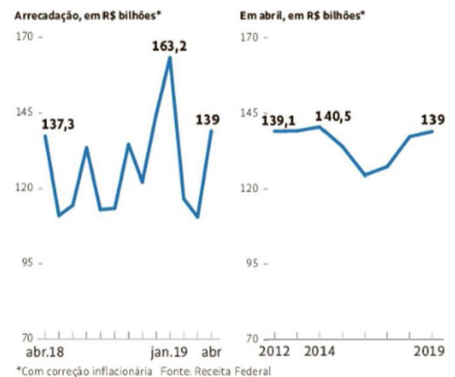
"Nada ainda definido, apenas uma ideia inicial", disse. "Ele apenas me detalhou que é um projeto que ele gostaria que a Receita estudasse com bastante cuidado e que envolva, como eu falei, um meca-

nismo de reavaliação de patrimônios declarados no IR e que eventualmente poderia ter um impacto muito bom em termos de desburocratização, agilização de mercado."

Questionado, o porta-voz Otávio Régio Barros disse que a autoria do projeto era a pergunta "de US\$ 1 milhão". **DB e Talita Fernandes** **Leia mais na coluna de Vinicius Torres Freire, na pág. A22**

### Arrecadação das receitas federais sobe e tem melhor resultado em um mês

Desempenho em abril é o melhor em cinco anos



## FOLHA DE S.PAULO

## EUA cumprem promessa de Trump a Bolsonaro e apoiam Brasil na OCDE

Processo de adesão a espécie de clube de países ricos deve se estender por até cinco anos

Andrei Netto

PARIS O governo dos Estados Unidos cumpriu nesta quinta-feira (23) a promessa feita pelo presidente Donald Trump ao seu par brasileiro, Jair Bolsonaro (PSL), de apoiar a candidatura do Brasil à OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico).

O anúncio oficial foi feito em Paris, a portas fechadas, durante reunião ministerial da entidade, responsável pelas melhores práticas econômicas que reúne a maior parte dos países desenvolvidos.

A promessa de Trump a Bolsonaro havia sido feita quando da visita do brasileiro a Washington, em março.

Na oportunidade, Bolsonaro propôs em troca que o Brasil abrisse mão do tratamento especial e diferenciado na OMC (Organização Mundial do Comércio), ao qual tinha direito por ser um país em desenvolvimento.

Após a reunião, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Araújo, disse que o apoio dos EUA abre, enfim, as portas da instituição ao país.

"Isso foi extremamente relevante [porque] talvez fosse a principal peça que faltava para que possamos, no mais breve prazo, começar o processo de adesão", disse Araújo.

"Em termos práticos, essa confirmação do apoio



O chanceler brasileiro, Ernesto Araújo (no centro, com placa amarela), durante reunião da OCDE em Paris  
@eramaraatyGovbr no Twitter

americano foi o principal avanço aqui."

O apoio superou as expectativas da comitiva brasileira. O processo de adesão, porém, deve se estender pelos próximos anos — entre dois e cinco, usualmente.

Os Estados Unidos manifestavam apoio à candidatura da Argentina. Agora, segundo um dirigente da comitiva

brasileira envolvido nas negociações, há um consenso entre os membros da entidade, espécie de clube de países ricos, de que Brasil, Argentina e Romênia devem iniciar seus processos de adesão.

O empecilho, no momento, fica a cargo países da Europa, que desejam que um outro membro europeu, no caso a Bulgária, seja incluído.

Araújo não demonstrou preocupação com a resistência manifestada pela Europa.

"Não temos nenhum sinal negativo em relação ao Brasil, só positivos, tanto de membros europeus quanto de não europeus", afirmou. "Em relação ao caso específico do Brasil, só recolhemos palavras favoráveis."

O secretário-geral da

OCDE, Angel Gurría, confirmou que o caminho do Brasil está mais livre. "A questão não é se apoiam ou não. Creio que já superamos essa etapa. A questão é: como vamos traduzir esse desejo político em instruções específicas para avançar."

Segundo Gurría, com a sinalização, será possível avançar mais rápido em to-

das as adesões.

Araújo disse acreditar que novos avanços possam ocorrer na reunião de cúpula do G20, em junho, no Japão.

O brasileiro Roberto Azevêdo, diretor-geral da OMC, disse que o país ainda não registrou perdas em relação a uma renúncia de tratamento especial.

"O Brasil adotou uma postura de que, no futuro, não vai fazer uso de todas as flexibilidades [a que hoje tem direito]. Meu entendimento é que, na medida em que possa fazer mais, vai fazer mais", afirmou.

Israel, com quem Bolsonaro tem estreitado relações, também apoia a adesão do Brasil ao grupo.

Na quarta-feira (22), o embaixador israelense Yossi Shelley disse em evento de 71 anos da criação de Israel que o país também luta para inclusão do Brasil no grupo.

Colaborou Talita Fernandes, de Brasília

## País é o candidato com maior adesão a regras da entidade

Raquel Landim

SÃO PAULO O Brasil é o país com maior adesão às regras da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) entre os atuais candidatos a uma vaga no grupo.

De acordo com levantamento feito pela CNI (Confederação Nacional da Indústria), o governo brasileiro já incorporou 74 instrumentos legais da OCDE, que incluem acordos internacionais, resoluções vinculantes, recomendações etc.

Continua na pág. A20

## EUA cumprem promessa de Trump a Bolsonaro e apoiam Brasil na OCDE

Continuação da pág. A19

O Brasil já incorporou 30% das 249 principais regras da OCDE. Pela mesma métrica, a Argentina implementou 18%; a Romênia, 17%; o Peru, 16%; a Bulgária, 7%; e a Croácia, apenas 4%.

Conhecida como clube dos ricos, a OCDE é, na verdade, uma entidade que exige boas práticas de políticas públicas. Por causa disso, o ingresso no órgão costuma alavancar a implementação de reformas no novo país-membro e atrair investimentos estrangeiros.

"A entrada do Brasil na OCDE é a principal prioridade de política externa hoje da indústria", disse Constanza Negri, gerente de políticas comerciais da CNI (Confederação Nacional da Indústria).

O assunto entrou para o debate brasileiro depois da visita do presidente Jair Bolsonaro a Washington.

Entre os instrumentos legais da OCDE já implementados pelo Brasil, estão a declaração sobre investimento internacional e empresas multinacionais e a convenção sobre o combate ao suborno de funcionários públicos em transações internacionais.

Já nas iniciativas mais importantes não efetivadas estão um termo sobre boas práticas estatísticas e um código de conduta para empresas estatais. O país adotou apenas o código para empresas privadas.

O Brasil já iniciou negociação sobre dois itens cruciais que também ainda não adotou: código de liberalização de movimento de capitais e código de liberação de operações correntes intangíveis, como serviços financeiros, seguros etc. Esses dois instrumentos são obrigatórios.

Segundo Contanza, as discussões de adesão a esses códigos para livre entrada e saída de capitais foram iniciadas antes do pleito de ingresso do Brasil ser aceito pelos demais membros da OCDE, o que é pouco usual, mas dá mais uma vantagem ao país.

### França sinaliza freio a acordo entre UE e Mercosul

PARIS Enquanto a equipe de Jair Bolsonaro comemorava o apoio dos Estados Unidos para ingressar na OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), a França emitiu nota que soou como contrária a interesses brasileiros.

O país advertiu que "não ratificará nenhum acordo que prejudique os interesses dos agricultores e consumidores franceses, as exigências de qualidade sanitária e alimentar dos standards europeus, e a nossos engajamentos ambientais no Acordo de Paris".



#### A OCDE

##### O que é

Conhecida como clube dos ricos, a OCDE é uma entidade que exige boas práticas de políticas públicas

##### Países-membros

Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, EUA, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Suécia, Suíça e Turquia

As questões ambientais estão no centro dos mais recentes discursos políticos do presidente Emmanuel Macron.

A informação foi encarada como um possível freio nas negociações entre o Mercosul e a União Europeia para um acordo de livre-comércio entre os dois blocos.

Autoridades de ambos os lados do Atlântico haviam manifestado nos últimos dias otimismo quanto às perspectivas de um entendimento, que colocaria fim a 19 anos de discussões formais e até aqui malsucedidas.

"A França tradicionalmente é um dos países que mais resistiram à concessões necessárias para acordos com o Mercosul", afirmou o ministro das Relações Exteriores brasileiro, Ernesto Araújo.

Ele disse ter pareceres de governos como o da Alemanha e o da Itália em favor da assinatura.

Quando lhe foi perguntado se acreditava que os mais recentes dados a respeito do aumento do desmatamento no Brasil não atrapalham, Araújo disse que é preciso esclarecer os europeus sobre o assunto.

"O que há é um certo déficit de conhecimento em relação às políticas ambientais e agrícolas brasileiras."

Segundo o chanceler brasileiro, o compromisso ambiental do governo, que já existia, "é até maior hoje do que em um passado recente".

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 24/05/2019	Página: A25

# FOLHA DE S.PAULO

## Governo defende entrada automática de jovem no regime de capitalização

### ***Pela proposta em discussão, novo trabalhador teria de tomar a iniciativa para contribuir com modelo atual***

23.mai.2019 às 8h00

**Thiago Resende**  
**Brasília**

Integrantes da equipe econômica do governo Jair Bolsonaro (PSL) defendem que a proposta da [reforma da Previdência](#) seja alterada para que o jovem, ao ingressar no mercado de trabalho, já faça parte do regime de capitalização.

O trabalhador teria um prazo para, se preferir o atual [sistema de repartição](#), poder trocar. Nesse regime, quem está no mercado de trabalho financia aposentadorias e pensões de inativos. O ministro da Economia, Paulo Guedes, propõe o sistema de capitalização. Nele, cada trabalhador faz a própria poupança para a aposentadoria.

Pela proposta em discussão na equipe econômica, o jovem teria de tomar a iniciativa de mudar para o modelo atual, em vez de fazer a opção no momento em que consegue o primeiro emprego, como está previsto no texto enviado ao Congresso em fevereiro. A ideia foi apresentada pela Abrapp (Associação Brasileira dos Fundos de Pensão), mas tem o apoio do governo.

O [relator da reforma da Previdência, Samuel Moreira \(PSDB-SP\)](#), disse que vai estudar o assunto. “Ainda preciso analisar a sugestão”, afirma. A capitalização tem sofrido críticas de deputados da oposição e de partidos independentes ao governo. Por ser uma mudança na Constituição, a reforma da Previdência encaminhada pelo governo dá apenas as diretrizes para que o novo modelo previdenciário seja criado.

Demais regras, como alíquota a ser paga para acumular a poupança para aposentadoria, devem ser apresentadas em projeto de lei a ser finalizado pela equipe econômica após o Congresso aprovar a reforma. A sugestão da Abrapp, em discussão pelos técnicos do Ministério da Economia e pela equipe de Moreira, criaria a chamada adesão automática.

Por esse mecanismo, o trabalhador ainda poderia fazer a escolha entre os dois modelos. Por isso, a capitalização não seria obrigatória. O jovem, porém, já começaria a vida laboral no sistema defendido por Guedes, podendo trocar nos primeiros meses.

A reforma da Previdência de Bolsonaro prevê que a participação do regime de contas individuais é optativa e também não determina que o patrão contribua para a aposentadoria do empregado. Sem informações detalhadas de como poderia ser o novo modelo de Previdência, deputados resistem a aprovar a criação da capitalização.

O [presidente da comissão especial da reforma da Previdência, Marcelo Ramos \(PR-AM\)](#), por exemplo, diz acreditar que essa parte da proposta da reforma será derrubada. Para tentar aprovar o novo sistema, Guedes sugere que o regime passe a ser chamado de poupança garantida, em vez de capitalização –nome que tem sido relacionado a [bancos e instituições financeiras](#).

Além disso, a equipe econômica avalia apresentar, na próxima semana, simulações de como poderia ser o novo sistema. Um dos exemplos deve prever que o empregado contribua com 11% e o patrão também deposite o mesmo percentual.

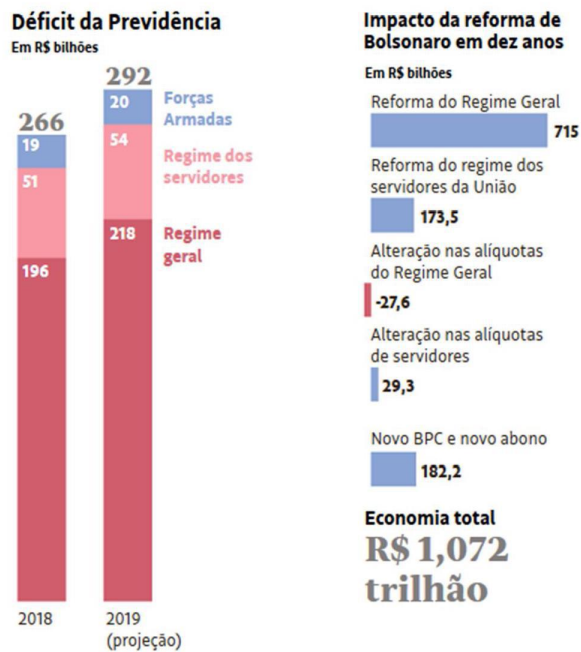
Em um cenário de juros estáveis, como o atual, e com essas alíquotas, integrantes da equipe econômica avaliam ser suficiente para que o trabalhador faça uma poupança capaz de bancar a aposentadoria. Técnicos, no entanto, trabalham com outras hipóteses, como uma contribuição de 7,5% do salário.

Moreira quer que a [contribuição patronal seja obrigatória](#) caso o Congresso venha a aprovar a criação do novo sistema previdenciário. O percentual a ser cobrado só deve ser previsto no projeto de lei que será enviado pelo governo futuramente, que ainda não tem data para acontecer.

O governo quer que a reforma da Previdência gere uma economia de mais de R\$ 1 trilhão para combater o rombo nas contas públicas. Com isso, haverá a possibilidade de se apresentar a capitalização. Nesse texto, a equipe econômica deverá também detalhar como serão bancados benefícios como auxílio-doença e auxílio-acidente.

No atual sistema de repartição, trabalhadores que contribuem ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) têm direito a essa proteção em caso de enfermidades e acidentes, por exemplo. Para financiar esses auxílios no modelo de capitalização, uma parcela da contribuição mensal do trabalhador e do patrão deve ser direcionada para um fundo com essa finalidade específica.

Essa opção, segundo técnicos da equipe de Guedes, seria mais vantajosa para grandes entidades – responsáveis pela gestão dos recursos de aposentadoria de muitos trabalhadores. A opção para entidades menores poderia ser contratar uma empresa de seguros, que bancaria o auxílio em caso de doença e acidente.



**Déficit total R\$ 292 bilhões** Fonte: Ministério da Economia

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 24/05/2019	Página: --

## FOLHA DE S.PAULO

### Guedes diz que renunciará se Previdência virar 'reforminha', segundo revista

#### **Pego um avião e vou morar lá fora; já tenho idade para me aposentar, afirmou o ministro**

24.mai.2019 às 8h40 Atualizado: 24.mai.2019 às 9h01

São Paulo | Reuters

O [ministro da Economia, Paulo Guedes](#), afirmou que irá renunciar ao cargo se a [reforma da Previdência](#) pretendida pelo governo virar uma "reforminha", alertando que o [Brasil pode quebrar já em 2020](#), de acordo com entrevista publicada no site da revista Veja nesta sexta-feira (24).

"Pego um avião e vou morar lá fora. Já tenho idade para me aposentar", disse ele, segundo a reportagem. "Se não [fizermos a reforma](#), o Brasil pega fogo. Vai ser o caos no setor público, tanto no governo federal como nos estados e municípios".

"Eu não sou irresponsável. Eu não sou inconsequente. Ah, não aprovou a reforma, vou embora no dia seguinte. Não existe isso. Agora, posso perfeitamente dizer assim: 'Olha, já fiz o que tinha de ter sido feito. Não estou com vontade de ficar, vou dar uns meses, justamente para não criar problemas, mas não dá para permanecer no cargo'. Se só eu quero a reforma, vou embora para casa", disse Guedes na entrevista.

De acordo com a Veja, Guedes afirmou que [o presidente Jair Bolsonaro](#) está totalmente empenhado em aprovar a reforma nos moldes em que o projeto foi enviado pelo governo ao Congresso, com expectativa de economia de até R\$ 1,2 trilhão nos próximos dez anos.

[Guedes reconhece](#) que há uma margem de negociação, que pode no máximo ir a R\$ 800 bilhões, e destacou ainda que a reforma previdenciária não está sendo apresentada apenas para equilibrar as contas públicas, mas que também se propõe a corrigir enormes desigualdades, de acordo com a revista.

O ministro reafirmou sua confiança [nas convicções de Bolsonaro](#), e acredita em uma união política em torno da agenda econômica do governo. "Eu confio na confiança que o presidente tem em mim."

#### **De novo**

Não é a primeira vez que Guedes sinaliza que pode deixar o ministério, caso a agenda econômica não seja prioritária. Em março, o ministro afirmou não ter apego ao cargo, [durante audiência pública](#) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). "Eu venho para ajudar. Se o presidente não quer, se o Congresso não quer... vocês acham que vou brigar para ficar aqui? Estou aqui para servi-los", respondeu Guedes na ocasião ao ser questionado se ficaria no governo caso a [reforma da Previdência](#) não seja aprovada.

"Agora se ninguém quiser o serviço, vai ser um prazer ter tentado, não tenho apego ao cargo, como também não tenho inconsequência e a irresponsabilidade de sair na primeira derrota, desistir", disse à comissão. Na ocasião, disse que ninguém quer seu projeto, não iria "obstaculizar o trabalho" dos parlamentares. "De forma alguma, voltarei para onde sempre estive."

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 24/05/2019	Página: A22

# FOLHA DE S.PAULO

## O aumento de imposto de Bolsonaro

Sem saber o que fazia, presidente anunciou com orgulho plano de tributar imóveis

**Vinicius Torres Freire**

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Jair Bolsonaro não entendeu o que dizia quando afirmou ter um plano infalível para aumentar a receita do governo em mais de R\$ 1 trilhão, sem aumentar impostos. Disse o que disse porque também não entendeu o que ouviu dentro de seu governo: há um projeto embrionário de aumentar impostos sim, mas que nem de longe renderia receita na casa do trilhão.

O imposto não deve render nem mesmo o que imaginam certas pessoas do governo, estimativa muito mais modesta

que a do trilhão, mas ainda assim ambiciosa demais.

Pelo que vaza de modo confuso de algumas pessoas do governo, existe um plano de cobrar um imposto sobre a correção do valor de imóvel declarado à Receita Federal (na declaração de Imposto de Renda), atualização que é atualmente proibida. Quando se vende o imóvel, paga-se imposto sobre a valorização, sobre o ganho de capital, que em parte é apenas inflação, na verdade.

Havia um projeto do Senado que permitiria a atualiza-

ção de valores e, assim, evitaria paulada maior no Imposto de Renda. Foi arquivado no ano passado.

O governo, ao que parece, quer permitir a atualização do valor mediante a cobrança de uma espécie de taxa. Segundo Rodrigo Maia, presidente da Câmara, diz ter ouvido no governo, seria uma taxa de até 4%, não se sabe bem sobre qual base, qual valor da correção. A arrecadação seria de ao menos R\$ 200 bilhões, não se sabe ao longo de qual período. O dono do imóvel pode-

ria optar por atualizar o valor quando quisesse? Seria obrigado a fazê-lo? Trata-se, enfim, de apenas antecipação de receita tributária?

Para começar a conversa: vai dar tanto dinheiro? No balanço dos grandes números das declarações de IR de 2018 (ano-base 2017), a Receita Federal registra que o "ganho de capital na alienação de bens ou direitos" (que não inclui apenas imóveis) rendeu uns R\$ 27 bilhões, em valores de hoje.

A receita total com Imposto de Renda de pessoas fisi-

cas e jurídicas anda pela casa de R\$ 500 bilhões. Arrecadar R\$ 200 bilhões, mesmo de uma única vez (não haveria pagamento regular da taxa), é uma enormidade. Note-se: é na rubrica IR que entra a receita de "impostos sobre os ganhos de capital decorrente da alienação de bens móveis e imóveis".

A arrecadação de IPTU no Brasil inteiro não rende aos municípios mais do que R\$ 60 bilhões. Os brasileiros seriam capazes de pagar mais do que o triplo do IPTU com essa taxa nova? O Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (o ITBI), também municipal, rende R\$ 10 bilhões.

Há gente no governo, portanto, animada demais com as possibilidades desse aumento de imposto que Bolsonaro propôs sem saber do que falava. De resto, dadas a alíquota e a estimativa de receita, a base de incidência da taxa teria de

ser uma correção patrimonial de R\$ 5 trilhões.

Sabe-se lá o valor do patrimônio imobiliário. O total declarado como "bens e direitos" no IR chega perto de R\$ 9,5 trilhões, mas não entram aí apenas bens imóveis, como se sabe. De qualquer modo, não deve ser muito animada a reação dos proprietários, dezenas de milhões no país são próprios.

Seja verdade ou não o bilhete desse projeto, o mais recente desvario boquirroto de Bolsonaro está causando um carnaval no Congresso. Governistas ficam entre consternados e irritados com o anúncio tristemente ignaro e contraproducente.

Há críticas pesadas ao aumento de imposto ou, previsível, sarcasmo: se há tanto dinheiro por aí, por que reformar a Previdência?

vinicius.torres@grupofolha.com.br



Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 24/05/2019	Página: --

## FOLHA DE S.PAULO

### Receita confirma estudo de reavaliação de imóveis para aumentar arrecadação

#### **Informação havia sido dada na quarta-feira pelo secretário Marcos Cintra**

23.mai.2019 às 14h25

**Talita Fernandes Danielle Brant**  
**Brasília**

A Receita Federal afirmou nesta quinta-feira (23) que estuda um projeto de reavaliação do valor de imóveis para [aumentar a arrecadação federal](#).

A informação é de Claudemir Malaquias, chefe do centro de estudos tributários e aduaneiros. Questionado sobre a possibilidade de taxação sobre patrimônio, ele afirmou que estudos estão sendo feitos por causa da [grave situação fiscal](#) que o país enfrenta. "Todas as alternativas estão sendo discutidas, inclusive o rearranjo do sistema tributário, que está sendo discutido no âmbito das discussões das reformas", diz.

A Receita tenta identificar e quantificar as bases possíveis de serem tributadas e analisa novas hipóteses de incidência, desde que não aumentem a carga tributária, qualificada por Malaquias como "mal distribuída".

"Há um espaço, sem aumentar tributo, sem aumentar nenhuma base de incidência, de aumentar a base de contribuintes. As análises que estão sendo feitas são no sentido de ampliar base de contribuintes e uma distribuição mais isonômica da carga tributária".

A informação havia sido dada na quarta-feira (22) pelo secretário Especial da Receita, Marcos Cintra. Ele afirmou que o presidente Jair Bolsonaro pediu estudos sobre um projeto de lei que trata de reavaliação patrimonial. Ao deixar o Palácio do Planalto, onde se reuniu com Bolsonaro, Cintra disse que a medida pode acabar com parte do contencioso e com burocracias, além de permitir uma melhora na arrecadação.

A fala do secretário ocorre no mesmo dia em que o presidente informou a deputados da região Nordeste que seu governo prepara uma medida que pode trazer mais recursos em caixa do que o esperado com a reforma da Previdência.

"Falei com o presidente sobre um projeto que chegou aí e ele pediu para nós (Receita) analisarmos e que envolve reavaliação de patrimônio e alguns mecanismos que permitem você atualizar valores patrimoniais e com isso acabar com boa parte do contencioso, boa parte da burocracia envolvida, e ao mesmo tempo pode ser uma forma de melhorar também arrecadação", afirmou.

Cintra não soube dar detalhes sobre o projeto e disse ainda não ter visto o texto. Ele também não conhece o autor da proposta. "Nada ainda definido, apenas uma ideia inicial para nós começarmos a discutir", disse.

"Ele apenas me detalhou que é um projeto que ele gostaria que a Receita estudasse com bastante cuidado e que envolve, como eu falei, um mecanismo de reavaliação de patrimônios declarados no IR e que eventualmente poderia ter um impacto muito bom em termos de desburocratização, agilização de mercado, enfim, uma coisa que modernize as nossas declarações."

Questionado, o porta-voz Otávio Rêgo Barros disse que a autoria do projeto era a pergunta “de US\$ 1 milhão”. Na manhã desta quarta, Bolsonaro disse que enviará ao Poder Legislativo um projeto de lei que gerará uma receita para a máquina pública superior à prevista com a reforma previdenciária.

Em café da manhã com a bancada nordestina, ele disse que ainda não pode dar detalhes sobre a iniciativa, mas afirmou que será aprovada com facilidade. A expectativa do texto inicial que altera as regras de aposentadoria era de um ganho de cerca de R\$ 1 trilhão em dez anos.

Com a possibilidade de a medida ser aprovada com mudanças, a estimativa baixou para cerca de R\$ 800 milhões. "Não quero adiantar aqui. Brevemente, estará sendo apresentado aos senhores um projeto que, com todo o respeito ao Paulo Guedes, a previsão é de termos dinheiro em caixa maior do que a reforma previdenciária em dez anos", disse.

O presidente disse ainda que "ninguém reclamará da iniciativa" e que ela "será aprovada por unanimidade" tanto na Câmara como no Senado. Tanto Cintra quanto Bolsonaro disseram que a medida não implica na criação de novos impostos ou na elevação da carga tributária no país.

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 24/05/2019	Página: --

## FOLHA DE S.PAULO

### Reforma da Previdência deve ser aprovada entre 60 e 90 dias, diz Paulo Guedes

#### **Para ministro, projeto deverá economizar cerca de R\$ 1,1 trilhão em dez anos**

23.mai.2019 às 17h14 Atualizado: 23.mai.2019 às 19h07

**Tássia Kastner**  
**São Paulo**

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta quinta-feira (23) esperar que a [reforma da Previdência será aprovada entre 60 a 90 dias no Congresso](#) e que o clima não é tão pessimista em Brasília quanto o discurso do resto do país.

Guedes enfatizou que o Senado montou uma [comissão paralela para analisar a reforma](#), que neste momento tramita na Câmara. Segundo ele, isso permitiria “uma surpresa favorável” para as novas regras para aposentadoria. O ministro disse ainda acreditar que a [reforma aprovada terá a potência fiscal necessária](#), ou seja, deve economizar o cerca de R\$ 1,1 trilhão em dez anos apresentados na proposta apresentada pelo governo em fevereiro.

O mercado financeiro acredita que [a reforma deve ser capaz de poupar](#) entre R\$ 600 bilhões e R\$ 700 bilhões. Sem a economia com a reforma, não será possível lançar o regime de capitalização para os novos trabalhadores e sem encargos trabalhistas, afirmou.

Guedes voltou a defender o regime de capitalização chileno, que está sob revisão naquele país, mas acrescentou que é possível prever uma camada de solidariedade ao regime mais liberal. O ministro afirmou ainda que as medidas de estímulo da economia não podem ser destravadas enquanto não houver a reforma da Previdência.

Guedes falou a empresários em evento da Facesp (Federação das Associações Comerciais de São Paulo). Antes, havia se reunido com empresários na Fiesp (Federação das Indústrias). O ministro comentou ainda a situação econômica do país. Afirmou que não está caindo porque “o país está deitado” e que há uma reversão de expectativas.

“Mas aprova tudo e dois, três meses para frente todas as expectativas estarão sendo revistas para cima”, disse. Para Guedes, a eleição do presidente Jair Bolsonaro (PSL) salvou o Brasil do caminho da Venezuela, mas o país ainda não está livre de se tornar uma Argentina, que vive uma forte crise.

O agravamento do quadro do país vizinho, segundo ele, foi reflexo da timidez do governo de Mauricio Macri. O ministro minimizou ainda sobre a tramitação de uma [reforma tributária por iniciativa do Congresso](#), mesmo que distinta da desejada pelo Executivo.

“Tudo é conversado antes”, afirmou Guedes ao acrescentar que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), teria avisado antes de recolocar a reforma tributária para andar. Ele disse que os dois textos devem ser avaliados pelo Congresso e aquela que tiver maior aceitação deve ser aprovada. [O projeto da Câmara unifica cinco impostos em apenas um](#). “A reforma tributária vai andar. A Câmara anda com a dela, vamos andar com a nossa. No final, quem tiver a maior aderência, a gente converge.” Guedes afirmou também que uma reforma tributária nunca passou porque foram propostas tirando autonomia dos estados.

Segundo ele, a ideia é que a reforma seria federal e os estados teriam liberdade de decidir se adequar às novas regras. “Um liberal não tira de um estado o direito de tributar”, afirmou Guedes. Sob aplausos da plateia de associados da Facesp, prometeu também que, além de simplificar, os impostos serão reduzidos. O ministro afirmou que Bolsonaro é flexível e que “vai evoluir mais rápido que muitos economistas brasileiros” rumo ao pensamento liberal. “O presidente está indo em uma velocidade enorme. Quando começou o governo, Correios não era para privatizar, agora disse vamos em frente”, disse.

**LEGISLATIVO** Câmara dos Deputados concluiu ontem a votação da Medida Provisória (MP) 870/19

# Câmara rejeita restrição a atuação dos auditores fiscais em investigações

**ANA CRISTINA CAMPOS  
E KARINE MELO**  
Agência Brasil, Brasília

O plenário da Câmara dos Deputados concluiu ontem a votação da Medida Provisória (MP) 870/19, que trata da reforma administrativa. Após um acordo entre os partidos, a emenda que restringia a atuação dos auditores fiscais de investigar crimes apenas de ordem fiscal foi rejeitada. A matéria segue agora para o Senado.

Pelo texto suprimido, auditores só seriam autorizados a compartilhar com outros órgãos como o Ministério Público indícios de crimes tributários. Na terça-feira (21), os auditores fizeram atos públicos contra o texto da MP. Segundo eles, o compartilhamento de dados, pela emenda, só seria permitido com autorização judicial, o que inviabiliza a investigação de crimes conexos à sonegação, privando Ministério Público Federal e Polícia Federal de informações fornecidas pela Receita Federal sobre atividades financeiras suspeitas.

Em votação simbólica, os deputados também aprovaram destaque do PSB e retiraram do texto o ponto que transferia ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações o controle do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). O fundo continuará sob a administração da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Na 4ª-feira (22), o plenário aprovou o texto-base da MP 870. Os deputados aprovaram o texto da comissão mista que analisou a matéria e que devolve para o Ministério da Economia o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

O governo havia transferido o órgão para o Ministério



Michel Jesus (Câmara dos Deputados) / Divulgação

**Após ser votado no plenário da Câmara dos Deputados, texto segue para o Senado**

**Terça-feira passada, os auditores fizeram atos públicos contra o texto da MP**

**VOTAÇÃO NO SENADO DEVERÁ SER NA TERÇA**

**Plenário do Senado deve votar a Medida Provisória 870 (MP), que trata do redesenho administrativo do governo Bolsonaro na próxima terça-feira**

da Justiça e Segurança Pública. O texto transferiu novamente para o Ministério da Justiça e Segurança Pública a Fundação Nacional do Índio (Funai), que também ficará responsável pela demarcação de terras indígenas. Antes, o órgão estava subordinado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e a demarcação era uma atribuição do Ministério da Agricultura.

Os deputados firmaram um acordo para evitar uma das polêmicas, a recriação de dois ministérios fundidos (Cidades e Integração Nacional). Pelo acordo, os deputados aprovaram a manutenção dos dois no Ministério do Desenvolvimento Regional, revertendo a mudança proposta pelo projeto de lei de conversão do senador Fernando Be-

zerra Coelho (MDB-PE).

## Senado

O plenário do Senado deve votar a Medida Provisória 870 (MP), que trata do redesenho administrativo do governo Bolsonaro na próxima terça-feira (28).

"A ideia do presidente do Senado era votar a MP na Casa ainda hoje, mas com a demora da Câmara não foi possível. Apesar da MP perder a validade no dia 3 de junho, o governo tem pressa e quer ver a MP aprovada o quanto antes. A gente está com o prazo muito esticado. A gente está com a água no nariz, então a gente não pode deixar que ela suba um pouquinho mais. O presidente Davi Alcolumbre, sempre muito sensível aos

nostros pedidos e encaminhamentos, vai fazer de tudo para que a gente possa aprovar o mais rápido possível", disse a líder do governo no Congresso, deputada Joice Hasselmann (PSL-SP) após conversa com o presidente do Senado.

Em tom mais ponderado, Joice defendeu conversas com alguns parlamentares para "distensionar" o clima. Segunda-ela, todo mundo está entendendo que o governo está diminuindo o Estado, fazendo uma reestruturação. "Então qualquer coisa que tensione essa aprovação é ruim para o governo, para todos os parlamentares, inclusive os parlamentares do nosso partido, o PSL. O melhor caminho agora é a gente arrefecer, porque nós temos três anos e meio de governo pela frente", ponderou.

## Resistências

Um dos problemas que a medida deve enfrentar daqui para frente diz respeito à decisão da Câmara de transferir o Coaf, hoje sob a responsabilidade do ministro Sergio Moro (Justiça), para o Ministério da Economia, comandado por Paulo Guedes.

No Senado, alguns parlamentares, como líder do governo na Casa, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), dizem que vão defender que o órgão fique com Moro, como propôs o governo inicialmente. Caso isso aconteça, o texto voltaria a ser apreciado pelos deputados. "É do processo democrático, vamos ver o que o plenário decide. Eu acho que o que a gente construir com acordo, será bem construído. O que eu não quero, o que eu não acho que é inteligente nesse momento é ir para briga. Então, senta todo mundo, conversa todo mundo. Se for só para desgaste, não é bom", disse.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 23/05/2019	Coluna: Economia



## CÂMARA DERRUBA EMENDA QUE LIMITAVA PODERES DE AUDITORES FISCAIS



23 Maio, 2019

Após um acordo entre os partidos, a Câmara dos Deputados derrubou nesta quinta-feira (23) uma emenda que limitava os poderes dos auditores fiscais da Receita Federal à investigação de crimes tributários ou relacionados ao controle aduaneiro. A votação foi simbólica, sem a contagem de votos no painel eletrônico. Com isso, os deputados concluíram a votação da medida provisória da reforma administrativa, que estruturou o governo do presidente Jair Bolsonaro. O texto segue agora ao Senado.

O texto rejeitado pelos parlamentares também estabelecia que os indícios de crimes que não fossem tributários só poderiam ser compartilhados pelos auditores com as devidas autoridades competentes mediante ordem judicial. A derrubada desse ponto, considerado polêmico, foi possível somente após um acordo entre a maior parte dos líderes dos partidos. O que ficou acertado é que eles vão disciplinar a questão em um projeto de lei a ser votado nas próximas semanas.

Na última terça-feira (21), auditores fiscais da Receita Federal protocolaram no Ministério da Economia, um manifesto contra a emenda, que consideram ser uma “mordaça” à atuação da categoria. A medida foi uma estratégia para destravar a votação da medida provisória da reforma administrativa, que estruturou o governo do presidente Jair Bolsonaro, e que precisa ser aprovada pelo Congresso até a semana que vem para não perder efeito. O acordo, decidido em uma reunião a portas fechadas no gabinete do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), foi anunciado no plenário pelo líder do PP, Arthur Lira (AL).

Ele disse que o objetivo da emenda não era “tolher a atividade de ninguém”, mas apenas “delimitar abusos”. “Não estamos querendo fazer com que nenhum auditor prevarique [ao não comunicar indício de irregularidade]”, afirmou. Segundo ele, não havia intenção de punir ninguém, mas alegou haver parcialidade do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão que julga recursos contra cobranças da Receita. “O Carf é um órgão altamente parcial. 98% dos recursos lá que precisam do voto de ninguém tem êxito, porque quem vota é sempre um fiscal da receita”, afirmou Lira.

O texto-base do projeto já havia sido aprovado na quarta-feira (22), mas ainda faltava análise de alguns destaques (propostas de alteração do texto). Em votação simbólica, os deputados também aprovaram retirar do texto um trecho que estabelecia que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ficaria responsável pelas atribuições da Secretaria-Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Veículo: bahia.ba	Caderno: Política
Data: 23/05/2019	



## POLÍTICA

Publicado em 23/05/2019 às 19h40.

# Reforma da Previdência será aprovada em até 90 dias, diz ministro

Otimismo de Paulo Guedes é motivado pela comissão paralela criada no Senado para avaliar, junto com a Câmara, os autos da proposta



Foto: José Cruz / Agência Brasil

O ministro da Economia Paulo Guedes afirmou nesta quinta-feira (23) que a reforma da Previdência deverá ser aprovada pelo Congresso Nacional dentro de 60 a 90 dias.

Guedes demonstra otimista quanto a uma tramitação rápida das novas normas que vão alterar o sistema de aposentadoria no País. “Acho que 60 a 90 dias isso [reforma da Previdência] está passado e nós vamos entrar em uma agenda extraordinariamente positiva”, disse em evento da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo, na capital paulista.

“O que eu sinto lá [no Congresso Nacional] é que está havendo enorme colaboração. [Sinto] o senso da classe política de que isso é uma missão importante, uma tarefa importante, e que eles vão estar à altura da responsabilidade que o momento exige. Essa é minha sensação”, declarou.

Na análise do ministro, a rapidez na aprovação deve ocorrer porque o Senado já está acompanhando o assunto em uma comissão paralela, o que, segundo ele, evitará o alongamento do prazo para a votação depois de aprovada na Câmara dos Deputados.

“O Senado montou imediatamente uma comissão para acompanhar junto, para justamente não perder mais seis meses. A aprovação deve ser relativamente rápida, ao contrário desse pessimismo geral que está por aí. Eu acredito que nós vamos ter uma reforma interessante”, disse.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 24/05/2019	Coluna: Economia



## PREVIDÊNCIA SERÁ APROVADA EM ATÉ 90 DIAS, DIZ GUEDES



24 Maio, 2019

O ministro da Economia Paulo Guedes afirmou que a reforma da Previdência deverá ser aprovada pelo Congresso Nacional dentro de 60 a 90 dias. Guedes demonstra otimista quanto a uma tramitação rápida das novas normas que vão alterar o sistema de aposentadoria no País. “Acho que 60 a 90 dias isso [reforma da Previdência] está passado e nós vamos entrar em uma agenda extraordinariamente positiva”, disse em evento da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo, na capital paulista.

“O que eu sinto lá [no Congresso Nacional] é que está havendo enorme colaboração. [Sinto] o senso da classe política de que isso é uma missão importante, uma tarefa importante, e que eles vão estar à altura da responsabilidade que o momento exige. Essa é minha sensação”, declarou. Na análise do ministro, a rapidez na aprovação deve ocorrer porque o Senado já está acompanhando o assunto em uma comissão paralela, o que, segundo ele, evitará o alongamento do prazo para a votação depois de aprovada na Câmara dos Deputados.

“O Senado montou imediatamente uma comissão para acompanhar junto, para justamente não perder mais seis meses. A aprovação deve ser relativamente rápida, ao contrário desse pessimismo geral que está por aí. Eu acredito que nós vamos ter uma reforma interessante”, disse.



Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 23/05/2019	Coluna: Economia



## MAIA DIZ QUE ESTADOS PODEM FICAR FORA DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA



23 Maio, 2019

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse ontem considerar “difícil” que os Estados sejam abrangidos pela reforma da Previdência. Em seminário sobre a reforma organizado pelo jornal Correio Braziliense, Maia disse ainda ser favorável à capitalização do sistema previdenciário, mas defendeu que sua regulamentação ocorra posteriormente. “Eu acho que vai ser difícil que eles fiquem (os Estados na reforma)”, disse o presidente a jornalistas, após o evento. “Eu pessoalmente continuo solitariamente defendendo que o sistema é único. Não adianta você resolver parte da doença do corpo porque, se você resolver uma parte e deixar a outra doente, morre o corpo inteiro”, afirmou.

Sobre a capitalização, o presidente da Câmara disse ser 100 por cento favorável, mas argumentou que “custa muito caro” da forma que foi proposta pelo governo. “Em um momento de recessão, eu acho que a gente pode até deixar a capitalização aprovada para, em outro momento, regulamentar. Mas você tirar 400 bilhões (de reais) num momento que a gente vive cinco anos de recessão, talvez seja muito pesado para a base da sociedade fazer esse movimento”, argumentou. Maia voltou a dizer que não há clima, nem na Câmara nem no Senado, para aprovar as mudanças propostas pelo governo no Benefício de Prestação Continuada (BPC), e na aposentadoria rural.

O presidente disse que a atitude do governo de reafirmar a democracia, “independente de alguns percalços no seu entorno” é fundamental para que as reformas tenham efetividade. Principal fiador da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que altera as regras da Previdência no Congresso, Maia reafirmou seu compromisso com a agenda econômica de reformas e alertou que são necessárias para afastar a possibilidade de ameaça a direitos adquiridos no futuro.

Também disse esperar que o Parlamento compreenda a necessidade da reforma e que o governo atue incisivamente para a aprovação da proposta. “Espero que a gente consiga que o Parlamento compreenda isso de forma majoritária, mais de três quintos do Parlamento, e esperamos que o governo possa ter, não apenas o (ministro da Economia) Paulo Guedes, mas o governo como um todo, uma posição, como vem tendo nas últimas semanas, mais proativa nessa agenda das reformas e que gere menos distração naquilo que é fundamental”, afirmou. (TB).

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 23/05/2019	Caderno: Notícias



Quinta, 23 de Maio de 2019 - 22:00

## ***Reforma da Previdência deve ser aprovada entre 60 e 90 dias, diz Paulo Guedes***

por Tássia Kastner | Folhapress



O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta quinta-feira (23) esperar que a reforma da Previdência será aprovada entre 60 a 90 dias no Congresso e que o clima não é tão pessimista em Brasília quanto o discurso do resto do país.

Guedes enfatizou que o Senado montou uma comissão paralela para analisar a reforma, que neste momento tramita na Câmara. Segundo ele, isso permitiria "uma surpresa favorável" para as novas regras para aposentadoria.

O ministro disse ainda acreditar que a reforma aprovada terá a potência fiscal necessária, ou seja, deve economizar o cerca de R\$ 1,1 trilhão em dez anos apresentados na proposta apresentada pelo governo em fevereiro.

O mercado financeiro acredita que a reforma deve ser capaz de poupar entre R\$ 600 bilhões e R\$ 700 bilhões.

Sem a economia com a reforma, não será possível lançar o regime de capitalização para os novos trabalhadores e sem encargos trabalhistas, afirmou. Guedes voltou a defender o regime de capitalização chileno, que está sob revisão naquele país, mas acrescentou que é possível prever uma camada de solidariedade ao regime mais liberal.

O ministro afirmou ainda que as medidas de estímulo da economia não podem ser destravadas enquanto não houver a reforma da Previdência.

Guedes falou a empresários em evento da Fapesp (Federação das Associações Comerciais de São Paulo). Antes, havia se reunido com empresários na Fiesp (Federação das Indústrias).

Veículo: BNews	Caderno: Política
Data: 24.05.2019	



## Política

### Guedes sobre a reforma da Previdência: “Se só eu quero, pego o avião e vou morar lá fora”



24 de Maio de 2019 às 07:47 Por: *Reprodução* Por: *Redação BNews* 0 comentários

O ministro da Economia, Paulo Guedes anunciou que, se a reforma previdenciária for inferior a R\$ 800 bilhões, daqui a alguns meses ele abandona o governo, pega um avião e vai morar no exterior. Em entrevista à Revista Veja, Guedes afirmou: “Eu não sou irresponsável. Eu não sou inconsequente. Ah, não aprovou a reforma, vou embora no dia seguinte. Agora, posso perfeitamente dizer assim: ‘Olha, já fiz o que tinha de ser feito. Não estou com vontade de ficar, vou dar uns meses, justamente para não criar problemas, mas não dá para permanecer no cargo’. Se só eu quero a reforma, vou embora para casa. Se eu sentir que o presidente não quer a reforma, a mídia está a fim só de bagunçar, a oposição quer tumultuar, explodir e correr o risco de ter um confronto sério... pego o avião e vou morar lá fora.”

Ainda segundo o ministro, “se não fizermos a reforma, o Brasil pega fogo”. “Não vamos ter nem dinheiro para pagar aos funcionários. Vai ser o caos no setor público (...). A reforma é urgente porque os mercados não vão esperar muito mais. Eles fogem antes. A engolfada pode vir em um ano, um ano e meio (...). Esse é o diagnóstico: a curto prazo, podemos virar uma Argentina, com 30% a 40% de inflação. A médio prazo, antes de o governo acabar, uma Venezuela, com desabastecimento, inflação alta, dólar explodindo, zero investimento, desemprego elevado, atraso de salário, afirmou Guedes.

Veículo: Correio Brasiliense	Caderno: Economia
Data: 23/05/2019	Página: -

**CORREIO BRAZILIENSE**

## Reforma tributária resultará em bom texto mesmo com mudança em comissão, diz Appy

Projeto foi aprovado por ampla maioria na quarta-feira (22/5) pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados

Agência Estado

postado em 23/05/2019 12:52 / atualizado em 23/05/2019 12:52



Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal e Tributarista(foto: Marcos Oliveira/Agência Senado)

O diretor do Centro de Cidadania Fiscal e Tributarista, Bernard Appy, disse acreditar que a proposta de reforma tributária, [aprovada ontem \(22/5\) na Comissão de Constituição Justiça e Cidadania \(CCJ\)](#) da Câmara dos Deputados, deve passar pela Comissão Especial e, mesmo que venha a ter modificações, deve resultar em um bom texto.

"O Congresso é soberano e vai decidir o que for melhor, mas acredito que deva passar um bom texto de reforma Tributária no Congresso", afirmou Appy, em entrevista à Rádio Eldorado. Ele é autor da proposta de reforma que foi encampada e apresentada pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP).

Segundo ele, as discussões a respeito da tributação sobre a folha de pagamentos e sobre renda colocada por alguns parlamentares são importantes, complementares, porém, podem entrar em paralelo uma vez que esses temas requerem lei ordinária e ,não, uma mudança constitucional. "Podem ser discutidos em paralelo, não precisa estar tudo no mesmo pacote."

Questionado sobre o fato de o governo argumentar que a discussão sobre INSS e ISS é complicada politicamente, Appy afirmou que o Congresso já sinalizou que está disposto a discutir isso. "E essa discussão cabe bem dentro do contexto no novo pacto federativo que o ministro da Economia, Paulo Guedes, está propondo", apontou.

Appy reiterou, conforme havia adiantado em entrevista ao Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, que essa proposta de reforma tributária pode elevar em 10% o potencial de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em um período de dez anos e que também, pela transparência que dará ao sistema de tributos, tem o poder de ser desinflacionária.

Também ressaltou que o novo tributo, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), também servirá para tributar serviços da nova economia digital, que hoje estão em uma "zona cinzenta", onde quase não há tributação.



## Guedes diz que renuncia se reforma da Previdência virar 'reforminha'

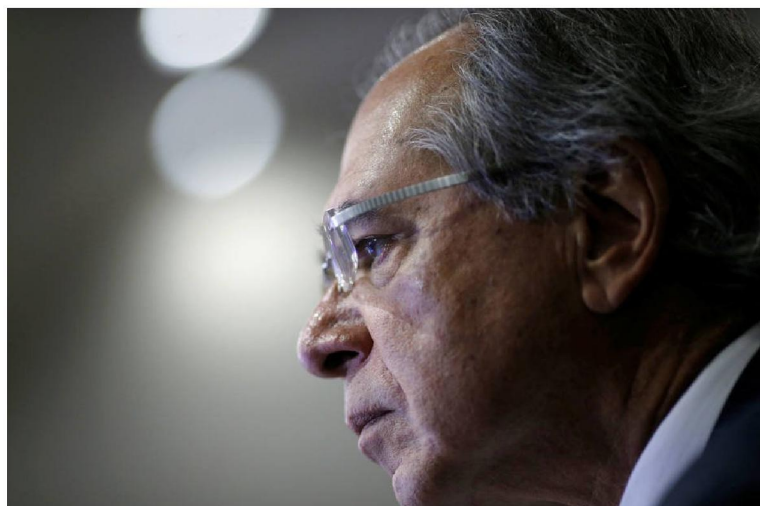
'Pego um avião e vou morar lá fora', afirmou o ministro em entrevista à revista 'Veja'; segundo ele, sem a mudança nas regras da aposentadoria, o País quebra em 2020

Reuters

24 de maio de 2019 | 09h11

O ministro da Economia, **Paulo Guedes**, afirmou que vai renunciar ao cargo se a **reforma da Previdência** pretendida pelo governo virar uma “reforminha” e disse que o Brasil pode quebrar já em 2020, de acordo com entrevista publicada no site da revista *Veja* nesta sexta-feira, 24.

“Pego um avião e vou morar lá fora. Já tenho idade para me aposentar”, disse ele, segundo a reportagem. “Se não fizermos a reforma, o Brasil pega fogo. Vai ser o caos no setor público, tanto no governo federal como nos Estados e municípios”, afirmou.



Guedes disse que Bolsonaro está totalmente empenhado em aprovar a reforma da Previdência. Foto: Adriano Machado/Reuters

“Eu não sou irresponsável. Eu não sou inconsequente. Ah, não aprovou a reforma, vou embora no dia seguinte. Não existe isso. Agora, posso perfeitamente dizer assim: ‘Olha, já fiz o que tinha de ter sido feito. Não estou com vontade de ficar, vou dar uns meses, justamente para não criar problemas, mas não dá para permanecer no cargo’. Se só eu quero a reforma, vou embora para casa”, disse Guedes na entrevista.

De acordo com a *Veja*, Guedes afirmou que o **presidente Jair Bolsonaro** está totalmente empenhado em aprovar a reforma nos moldes em que o projeto foi enviado pelo governo ao Congresso, com expectativa de economia de até R\$ 1,2 trilhão nos próximos dez anos.

Guedes reconhece que há uma margem de negociação, que pode no máximo ir a R\$ 800 bilhões de economia e destacou ainda que a reforma da Previdência não está sendo apresentada apenas para equilibrar as contas públicas, mas que também se propõe a corrigir enormes desigualdades, de acordo com a revista.

O ministro reafirmou sua confiança nas convicções de Bolsonaro e acredita em uma união política em torno da agenda econômica do governo. “Eu confio na confiança que o presidente tem em mim.”

Veículo: Política Livre	
Data: 23/05/2019	Caderno: Economia



## **Arrecadação federal sobe para R\$ 139 bi em abril, a melhor desde 2014**

Após ficar praticamente estável em março, a arrecadação federal teve aumento real de 1,28% em abril e somou R\$ 139,03 bilhões, o melhor resultado desde 2014, quando totalizou R\$ 140,5 bilhões, informou a Receita Federal nesta quinta-feira (23). No acumulado do ano, a alta é de 1,14%, para R\$ 524,4 bilhões, enquanto em 12 meses o avanço é de 2,32%, a R\$ 1,484 trilhão. A melhora é atribuída a alguns fatores, como o crescimento de 11,34% no valor em dólar das importações e ao aumento de 6,33% da massa salarial nominal (sem correção inflacionária). Outros itens, porém, decepcionaram. Em abril, a produção industrial registrou recuo de 6,14%. A venda de bens caiu 3,4% e a de serviços teve queda de 2,3%. Segundo a Receita, houve alta de 7,25% da arrecadação do Imposto de Renda pago por empresas e da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). No acumulado do ano, o recolhimento de ambos cresce 11,7%. O desempenho econômico aquém do esperado tem frustrado as expectativas de receita do governo e provocou, em março, um contingenciamento de R\$ 29,8 bilhões que atingiu diversos órgãos do Executivo. Na última quarta (22), o governo revisou novamente as projeções econômicas, mas decidiu usar reservas para não ter de anunciar novo bloqueio de recursos.

*Estadão*

Veículo: Política Livre	
Data: 24/05/2019	Caderno: Economia

Raul Monteiro  
**POLÍTICALIVRE**  
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO

## R\$ 68,9 bi em programas de subsídios serão revistos

Foto: Estadão



Estratégia da equipe econômica é reduzir incentivos de oito programas em um terço até o fim de 2022

Oito programas e ações financiados via subsídios federais entrarão na mira do pente-fino que será feito ainda este ano pelo governo federal, incluindo a Zona Franca de Manaus. A reavaliação dessas políticas, que custaram R\$ 68,9 bilhões em 2018, será conduzida pelo Comitê de Monitoramento e Avaliação dos Subsídios (CMAS) e ajudará na estratégia da equipe econômica de reduzir as renúncias em um terço até o fim de 2022. A reversão de benefícios tributários é considerada uma aliada importante da equipe econômica no ajuste fiscal, pois ajudaria na recomposição das receitas. Hoje os incentivos representam 20,9% da arrecadação administrada pela Receita Federal e 4,3% do PIB. Tentativas de reduzir essas renúncias, porém, costumam enfrentar fortes resistências no Congresso Nacional, geralmente sensível ao lobby de setores interessados em receber subsídio da União. O governo precisa do aval dos parlamentares para rever boa parte desses benefícios. O secretário de Avaliação de Políticas Públicas, Planejamento, Energia e Loterias, Alexandre Manoel, explica que o objetivo não é acabar com todos os subsídios, mas adequar aqueles que não trazem o retorno esperado ao País. “Com ajuste, podemos corrigir o que não está trazendo retorno, e ainda tem o ganho fiscal”, afirma. Todo ano haverá uma nova lista de programas a serem avaliados. A partir do ano que vem, a definição dos alvos seguirá critérios que constarão no Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, que será encaminhado no fim de agosto ao Congresso Nacional e formalizará a meta do governo de reduzir as renúncias. O Tribunal de Contas da União (TCU), que tem acompanhado a elaboração do PPA, também vai monitorar o cronograma de reavaliação dos subsídios.

Estadão



# Tribuna

## Arrecadação tem melhor mês de abril

A arrecadação de impostos, contribuições e demais receitas federais registrou alta real (descontada a inflação) de 1,28% em abril, na comparação com o mesmo mês do ano passado, para R\$ 139,030 bilhões, informou ontem a Secretaria da Receita Federal.

No mesmo período de 2018, a arrecadação somou R\$ 137,269 bilhões. Os valores foram corrigidos pela inflação. É o que mostra reportagem de Alexandre Martello, G1 — Brasília.

De acordo com dados da Receita Federal, este foi o melhor resultado para meses de abril desde 2014 (ou seja, em 5 anos) — quando o resultado havia sido de R\$ 140,487 bilhões.

Os números também mostram que a arrecadação vem oscilando. Em março, havia registrado uma queda real de 0,58%. Em fevereiro, havia subido 5,36%, mas, em janeiro, houve uma recuo real de 0,66%. Nos últimos sete meses, a arrecadação recuou em quatro deles — sempre na comparação com o mesmo período do ano anterior.

### FATORES

De acordo com a Receita Federal, a arrecadação avançou em abril, entre outros fatores, por conta do crescimento das receitas com “royalties” do petróleo, com alta 30,98% contra o mesmo mês do ano passado, para R\$ 11,03 bilhões. Em abril de 2018, haviam somado R\$ 8,421 bilhões.

Além disso, segundo o Fisco, também cresceu a arrecadação do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da CSLL, para R\$ 21,119 bilhões. Isso representa uma alta real de 7,25% contra o mesmo mês de 2018.

# Tribuna

## Em conferência, EUA apoiam entrada do Brasil na OCDE

**O**s Estados Unidos declararam, nesta terça-feira (23), apoio oficial à entrada do Brasil na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), de acordo com uma publicação do Itamaraty em rede social que foi compartilhada também pela Embaixada dos EUA em Brasília. É o que mostra reportagem do G1.

A declaração de apoio foi feita durante a conferência ministerial da organização em Paris – que teve a participação do ministro de Relações Exteriores, Ernesto Araújo.

“O presidente Trump já tinha garantido seu apoio de maneira muito clara, de forma que a confirmação era esperada aqui no ambiente da OCDE”, afirmou o ministro. “Isso foi extremamente relevante. Era, talvez a principal peça que faltava pra que nós possamos, no mais breve prazo, começar o processo de adesão”, disse.

Hoje, o presidente Donald

J. Trump e o presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, comprometeram-se a construir uma nova parceria entre os dois países, focada em aumentar a prosperidade, aumentar a...

Araújo também falou sobre a possibilidade de o Brasil continuar no G20, grupo que reúne as 19 maiores economias do mundo e a União Europeia.

“A expectativa é que o G20 pode ser usado como um espaço para a discussão sobre esse tema da ampliação da OCDE”, disse o ministro.

### ANÚNCIO ANTERIOR

O presidente americano, Donald Trump, já havia anunciado, durante encontro com o presidente Jair Bolsonaro há dois meses, que apoiaria a entrada do Brasil na OCDE – desde que o país retirasse o tratamento especial na Organização Mundial do Comércio, a OMC.

Desde então, representantes do governo dos EUA

teriam respondido de maneira dúbia se iriam de fato se posicionar a favor do Brasil na conferência ministerial que acontece nesta quinta (23), de acordo com o jornal “Valor Econômico”.

Todos os países considerados “em desenvolvimento”, como o Brasil, recebem tratamento especial na OMC, que tem 164 países-membros.

Entre os tratamentos especiais previstos estão prazos mais longos para a implementação de acordos e compromissos, medidas para aumentar as oportunidades comerciais para os países em desenvolvimento e disposições que obrigam todos os membros da OMC a salvaguardarem os interesses comerciais dos países em desenvolvimento.

Pelo acordo com os Estados Unidos, o Brasil teria que abrir mão desses tratamentos especiais para entrar na OCDE – além de preencher os requisitos necessários.

# Tribuna

## GERSON BRASIL

### Maia tem uma causa, mas não tem uma ideia

**A** voz do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, vem se tornando a mais ouvida no país, e suas declarações e embates com o governo de Bolsonaro têm atraído a atenção do público em geral e em especial da classe política e da mídia. Não por outro motivo, recentemente ele foi guindado à condição de primeiro-ministro pelos seus admiradores e correligionários. Ele não faz mistério e nem esconde que tem uma agenda própria para governar o país, que se contrapõe, em alguns casos, à equipe econômica e também ao projeto anticrime de Moro.

Não há nesse momento nenhuma voz que rivalize com a de Maia ou que lhe faça sombra, na desenvoltura assumida na contestação e troca de farpas com o governo.

É quase um procônsul e se aproxima do personagem de Cortázar, em Todos os Fogos o Fogo, que "pensa ironicamente que algum dia sua estátua será assim, enquanto levanta o braço, fixa-o no gesto de cumprimento, deixando-se petrificar pela ovação".

Maia já ensaiou ser presidente, não deu certo, mas chama a atenção e age como se somente fosse a voz do Brasil, prescindindo do Guarani de Carlos Gomes. Num esforço alentado e sobranceiro, constrói teses e "preocupações", a exemplo da busca de um caminho mais curto para a retomada do crescimento econômico.

"Estou preocupado com esse curto prazo. Estamos caminhando, infelizmente, para o aumento do desemprego, o que é grave, e para o aumento da pobreza. No final do ano, voltamos a ter fome neste País".

Com o companheirismo do Centrão, ele já abraçou, largou, voltou a abraçar, a Reforma da Previdência; recentemente o relator da proposta acenou com um novo texto, ou seja, afastaria o governo da pauta previdenciária.

Essa pirueta durou pouco e não haverá mais substitutivo, mas sim emendas ao texto da equipe econômica de Guedes, que já sinalizou de modo positivo.

Nesse quesito, ou nessa queda de braço, entre Maia e o governo, e a votação da Reforma Previdenciária, Bolsonaro, num lance desconcertante, disse que



se o Congresso tivesse uma Reforma e votasse seria bom, porque o importante era a votação, para o país sair da paralisia em que se encontra, num tema vital, que dará lustre a quem melhor dele se aproveitar.

O governo ou os parlamentares que fazem oposição, mas nem tanto, porque sabem que a pressão é grande e não dá mais para adiar o final da partida, que vem sendo disputada desde o governo de Michel Temer, com quase o mesmo time.

Enquanto Bolsonaro não conseguiu receber o prêmio de Personalidade do Ano, no Museu de Nova Iorque, porque o prefeito da cidade, Bill de Blasio, trabalhou contra, fez de tudo para melar a homenagem, Maia juntou com investidores, ao lado de Doria, pelos braços do Banco BTG Pactual, cujo presidente, André Esteves, foi absolvido da acusação de corrupção. Ele voltou ao banco.

A capacidade de Maia se tornar visível e atrair atenções é inegável, principalmente num país que tem 34 partidos políticos, e na panela, juntos e misturados, estão o Centrão, partidos tradicionais como o PSDB, hoje baqueado, como também estão o MDB e o PDT, os dois quase na berlinda; e daí, os outros partidos não entram, sem falar naqueles outros de menor expressão, mas que fazem a diferença no chamado governo de coalizão, cuja fórmula parece esgotada, depois do Mensalão e da Lava Jato.

Há ainda a esquerda, com o PT atordoado, à espera de um milagre que salve Lula da cadeia e os outros partidos do mesmo tema, mas que vivem o day after day.

Ninguém fala, todos estão calados. Claro, noves fora algumas bobagens de Ciro Gomes e resmungos aqui e ali de gente de pouca importância e que não encontra eco, pela incapacidade de expressar algo além do trivial, o que inclui o temor pelo futuro do país, o sonho com o impeachment de Bolsonaro e outras sandices.

O alarmismo corre solto, mas não há voz corrente carregando debaixo do braço aquele embrulho salvador, um pacto para salvar a pátria, ou uma solução suprapartidária, ou ainda "este momento exige a união dos brasileiros" et al. O que indica que não há crise política.

Maia só falta aviar umas

receitas médicas, assim como faziam alguns calouros, a long time, logo após passar em medicina, com suas boinas verdes e cabeças raspadas, assumindo um risco e às vezes também ensinando um susto, quem sabe igual àquele produzido pelo médico de "Instruções – exemplos sobre formas de sentir medo".

Um doutor cordial e sorridente, que examina e prescreve a receita, "enquanto levanta a cabeça e nos anima. Mas de repente, na penumbra, debaixo da mesa, vemos as pernas do médico. Ele arregaçou as calças até as coxas e veste meias de mulher".

Maia, tenta assegurar gritos de aplausos para o palanque que está montando e abre nova frente de luta, com a aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça do texto da Reforma Tributária, não a do governo e sim a que conta com a sua simpatia. É um assunto espinhoso que vai mexer com o ICMS e o ISS, as grandes receitas dos estados e municípios. Ao transitar por tantos temas e terrenos, ele inclina-se para o bovarismo.

Ema Bovary "devorava, em minúcia, as críticas das estreias, os noticiários elegantes das corridas e das sessões de gala, interessava-se pela estreia de uma cantora e leu Balzac e Gerge Sand, procurando na imaginação alívio para suas ambições pessoais".

Recentemente, Maia rompeu relações com o líder do governo, sem nenhuma expressão, o Major Vitor Hugo, após este ter compartilhado uma charge em que mostra que negociar no Congresso era que negociar no Congresso era entrar no local com um saco de dinheiro na cabeça.

Quando perguntaram a Bolsonaro como ele encarava o fato, o presidente respondeu de modo distraído e calculado que desconhecia "essa cizânia". "E em cima desse desconhecimento, eu não posso fazer comentários".

O presidente não comungou com o fato, não se sentiu admoestado e nem ficou em júbilo; desviou o olhar, foi tomar conhecimento de outras coisas. Se tivesse consultado Bloch, o amigo do narrador de "no Caminho de Swann", poderia ter dito; senhor, absolutamente não lhe posso responder, vivo tão resolutamente fora das contingências que meus sentidos não se dão ao trabalho de notificá-las".

Talvez os políticos profissionais estejam esperando Maia concluir a montagem do palanque para subir e pegar um pedaço do bolo ou do butim, "ou não", como costuma dizer Alex Ferraz, sobre assuntos enrugados, revisitando Caetano Veloso. Maia tem uma causa, mas não uma ideia; proletária ou burguesa.

24/05/2019 - 05:00

## Receita Federal eleva limite do parcelamento simplificado

Por Joice Bacele

A Receita Federal aumentou o limite dos valores que podem ser incluídos no parcelamento simplificado. Antes eram permitidas dívidas de até R\$ 1 milhão e agora esse teto está em R\$ 5 milhões. Trata-se de um dos programas regulares do governo. É oferecido o ano todo e possibilita ao contribuinte o pagamento de débitos previdenciários e tributários em até 60 parcelas.

Essa medida é positiva para os contribuintes, afirmam advogados, especialmente porque não há previsão para um novo parcelamento especial. A equipe econômica do governo de Jair Bolsonaro, mesmo antes da posse, já afirmava ser contra a edição de novos Refis - que geralmente dão descontos em juros e multas e permitem o pagamento das dívidas em até 180 meses.



*Leo Lopes: débitos retidos na fonte trazem responsabilidade criminal*

O parcelamento simplificado não dá desconto aos contribuintes. É considerado, no entanto, como um dos mais vantajosos entre os programas que são oferecidos de forma regular pelo governo. Sai na frente, por exemplo, em relação ao parcelamento ordinário.

Ambos são disponibilizados o ano todo e preveem as mesmas condições de pagamento, mas só o simplificado permite a inclusão de dívidas de tributos que são pagos por estimativa ou retidos na fonte.

"Essa diferença entre os dois programas é muito importante porque os débitos retidos na fonte têm a peculiaridade de trazer responsabilidade criminal. Seria uma apropriação indébita. Você retém valores de um terceiro e não repassa aos cofres públicos", observa Leo Lopes, sócio do FAS Advogados.

A informação sobre a ampliação do limite do parcelamento simplificado consta na Instrução Normativa nº 1891, publicada no dia 16. A norma anterior, que estabelecia o teto de R\$ 1 milhão, era a Portaria Conjunta nº 15, de 2009, que vinculava a Receita e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Ao **Valor**, a Receita Federal justificou, por meio de nota, que o valor fixado na portaria de 2009 "encontrava-se defasado" e que com essa alteração "o Estado passa a oferecer melhores condições para que aqueles em situação de inadimplência possam voltar à regularidade sem a necessidade de se recorrer ao Judiciário para a execução da dívida".

Especialista na área, o advogado Rubens Lopes, do escritório WFaria, diz que a medida é vantajosa. Mas ele chama a atenção que a fixação de limite para os valores que podem ser incluídos no parcelamento, como faz a Receita Federal, vem sendo discutida na Justiça há mais de uma década e, segundo ele, há reiteradas decisões contra a norma.

Os juízes geralmente tomam como base os artigos 153 e 155 do Código Tributário Nacional (CTN) para afirmar, nas decisões, que a limitação de valores só poderia ser fixada por lei e a legislação que trata do parcelamento simplificado (Lei nº 10.522, de 2002) não faz qualquer restrição.

Existem julgamentos inclusive no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os ministros da 1ª Turma, no ano passado, analisaram ao menos dois processos (REsp 16 93538 e REsp 1739641) e em ambos decidiram, de forma unânime, contra a Receita Federal.

A ampliação do teto, no entanto, pode contribuir para uma redução do número de processos sobre esse tema, acredita Rubens Lopes. Não só porque tiraria de circulação as ações que envolvem valores dentro dessa faixa, mas porque permitiria mais opções aos contribuintes.

"O contribuinte pode começar a filtrar. Colocar, por exemplo, só as dívidas de tributos retidos na fonte no parcelamento simplificado e o restante dos seus débitos fiscais no parcelamento ordinário. Isso evitaria ter que entrar com mandado de segurança", pondera o advogado.

Muitas das discussões que existem no Judiciário sobre o limite para a adesão ao parcelamento simplificado envolvem empresas em recuperação judicial ou que estão com dificuldade financeira e prestes a entrar com o pedido. Há ainda casos de companhias que acabaram acumulando passivo relevante em razão de interpretações da lei - situações que acreditavam não haver o recolhimento e, por uma solução de consulta da Receita, por exemplo, foram informadas sobre a incidência de determinado tributo.

Na semana passada, a PGFN também editou norma sobre os parcelamentos. Trata-se da Portaria nº 448. O órgão, no entanto, não alterou o limite estabelecido na portaria conjunta de 2009. No parcelamento simplificado, continua o valor de R\$ 1 milhão.

No caso dos parcelamentos com a PGFN, destacam especialistas, há uma peculiaridade importante: o simplificado, além de permitir a inclusão de dívidas de tributos retidos na fonte, não demanda a apresentação de garantia. Já para aderir ao parcelamento ordinário o contribuinte precisa garantir a dívida.

Por meio de nota, a PGFN informou que os seus parcelamentos são voltados especificamente para os créditos inscritos em dívida ativa e que o limite de R\$ 1 milhão está fixado na Portaria 520, editada pelo Ministério da Fazenda (hoje Ministério da Economia) em 2009 e, por esse motivo, não poderia dispor de maneira diferente.

Entende também que há "respaldo legal para o estabelecimento dos limites de valor". E conclui que não vê a discussão como pacificada no Judiciário e cita que há recurso repetitivo sobre o tema pendente na 1ª Seção do STJ.